



O EMPREGO DE OPERAÇÕES DE COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR PELA SUBUNIDADE DESTACADA COMO MULTIPLICADOR DO PODER DE COMBATE EM OPERAÇÕES DE PAZ

Cap Inf José Eduardo Natale de Paula Ferreira

RESUMO

A presente pesquisa procura verificar em que medida as operações de CIMIC influenciaram no cumprimento de missões diversas, aumentando o poder de combate das subunidades destacadas, para que o Estado Final Desejado da operação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti fosse alcançado. Constata-se que os elementos do poder de combate estabelecidos pela Doutrina Militar Terrestre brasileira (liderança, informações, comando e controle, movimento e manobra, inteligência, logística e proteção) foram direta e indiretamente beneficiados pelas interações das tropas com os demais agentes presentes em sua área de responsabilidade. Percebe-se, entretanto, uma maior exploração da capacidade de CIMIC pela função Informações e para as atividades de operações psicológicas, relegando seus potenciais benefícios aos demais elementos. O estudo das doutrinas da ONU e OTAN permite que sejam levantadas lições e oportunidades de aperfeiçoamento da maneira de agir brasileira. A doutrina brasileira foi estabelecida pelo empirismo e experiência prévia, principalmente com as lições aprendidas e melhores práticas durante as participações dos diversos contingentes do Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti. O subcomandante das subunidades foi estabelecido como Oficial de Ligação e encarregado de planejar e executar as ações de Cooperação Coordenação Civil-Militar devido às demandas da operação em ambientes humanizados para que exista um militar especialista para cada área de responsabilidade, integrando as capacidades dos

diversos atores presentes para o alcance de objetivos comuns, evitando a duplicidade de esforços, economizando recursos e multiplicando forças pela sinergia alcançada.

Palavras-chaves: *CIMIC, Cooperação Civil-Militar, Assuntos Cívicos, Operações de Paz, Subunidade Destacada, Elementos do Poder de Combate, Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, Exército Brasileiro.*

ABSTRACT

The present research seeks to verify the extent to which CIMIC operations have influenced the accomplishment of diverse missions, increasing the fighting power of the companies deployed, so that the agreed End State of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) operation could be achieved. The elements of combat power established by the Brazilian Land Military Doctrine (leadership, information, command and control, movement and maneuver, intelligence, logistics and protection) were directly and indirectly benefited by the interactions of the troops with the other agents present in the area of responsibility. However, CIMIC's capabilities for Information and Psychological Operations activities were further explored, relegating its potential benefits to the other elements. The study of the doctrines of NATO



and UN, allows for lessons to be learned and opportunities to improve the Brazilian way of acting. Brazilian doctrine was established by empiricism and previous experience, mainly with lessons learned and best practices during the participation of the various contingents of the Brazilian Peacekeeping Battalion in Haiti. The companies's second in command was established as Liaison Officer and in charge of planning and executing the actions of Civil-Military Coordination and Cooperation due to the demands of the operation in humanized environments so that there is a military specialist for each area of responsibility, integrating the capacities of the various actors present to achieve common goals, avoiding duplication of efforts, saving resources and multiplying forces for the synergy achieved.

Keywords: *CIMIC, Civil-Military Cooperation, Civil Affairs, Peacekeeping Operations, Forward Operating Base, Essential Elements, Peace Support Operations, Brazilian Army*

1 INTRODUÇÃO

A ideia de conquistar os corações e mentes da população, fazendo com que os soldados fossem bem aceitos nos territórios conquistados, resultando em facilidades na conquista de objetivos militares e dirimindo problemas futuros não é assunto recente. Relatos históricos dão conta que o fator relativo aos civis já fazia parte das ordens dos Comandantes Militares norte-americanos desde a Guerra de Secessão, na década de 1770.

Ao final da II Guerra Mundial, e com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), viu-se a diminuição da possibilidade

de um conflito de grandes proporções. Com a abertura de canais de negociação e mediação de conflitos, a chamada Guerra Total foi substituída por inúmeros conflitos de baixa e média intensidade.

Para garantir a paz mundial e evitar que tais conflitos se alastrassem e ceifassem ainda mais vidas, a ONU, em decisão de seu Conselho de Segurança, criou as missões de paz para intervir, estabilizar e normalizar as áreas litigiosas.

Junto com a mudança no perfil dos conflitos, especialmente após a dissolução da União Soviética, em 1991, diversos atores não militares viram sua importância crescer exponencialmente no cenário mundial. Organizações, Órgãos e Agências civis, nacionais e internacionais, ligados a governos ou não, assumiram grande responsabilidade, agregando suas competências, meios e experiências diante de crises e assistência humanitária. A fim de melhor aproveitar todos os esforços pelo cumprimento de um objetivo em comum, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), estabeleceu uma doutrina para seus membros cunhando o nome Civil Military Coordination (CIMIC), termo em inglês para Coordenação Civil-militar.

O Brasil apoia essas ações e contribui para a paz mundial desde a década de 1950, quando enviou o primeiro contingente para uma missão de paz sob a égide da ONU ao Canal de Suez. Desde então, foram 36 missões, tornando o país um dos mais tradicionais contribuintes de militares para missões de paz.

Inseridos no contexto de operações sob o mandato da ONU, as Forças Armadas brasileiras viram a necessidade de interagir com diversas Agências Civis, de caráter público ou privados. Apesar das diferenças organizacionais, todos precisavam trabalhar em conjunto,



racionalizando meios e recursos em busca de um objetivo em comum.

Entre os anos de 2004 e 2017, o Brasil integrou a Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti, MINUSTAH, nome em francês para Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, sendo o maior contribuinte com tropas militares e indicando o Comandante do fator militar da missão.

Apesar de da doutrina brasileira de Cooperação Civil-Militar (CIMIC)¹ ter sido estabelecida apenas em novembro de 2017, ou seja, após o final da missão, com a publicação do Manual de Campanha EB-70-10.221 COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR, os contingentes brasileiros empregaram amplamente as Operações de Coordenação Civil-militar como forma de melhorar a integração com os diversos atores envolvidos na recuperação e reestruturação daquele país. Além de aproveitar a projeção das ações humanitárias para conquistar o apoio da população, facilitando o movimento das tropas dentro de suas Áreas de Operações, a manobra durante operações e a aquisição de informações de inteligência, o correto emprego da Coordenação Civil-militar otimizou os meios e recursos existentes, evitando a duplicidade de ações e o desperdício de esforços.

Durante as operações no Haiti, duas subunidades de fuzileiros foram destacadas para ocupar duas bases em pontos estratégicos da Região Metropolitana de Porto Príncipe, de onde irradiavam poder e estabeleciam patrulhas em seu entorno. A 1ª Companhia de Fuzileiros de Força de Paz ocupou a base do Forte Nacional, um local elevado e de dominância sobre a capital haitiana, enquanto a 2ª Companhia de Fuzileiros de Força de Paz estabeleceu-se no centro de Cité Soleil, a mais pobre e problemática comuna da região metropolitana

de Porto Príncipe.

As companhias do Forte Nacional e de Cité Soleil foram diretamente beneficiadas pelas vantagens obtidas em operações de Coordenação Civil-militar ao empregar o poder militar, de forma limitada, em coordenação e cooperação com agências civis, para restaurar e manter a ordem pública e a paz social. Dessa forma, alcançaram o conjunto de condições que definiram o atingimento dos objetivos propostos pela ONU, também conhecido como Estado Final Desejado (EFD). Entretanto, não sexista à época uma doutrina que definia como uma operação de CIMIC deveria ser realizada, especialmente considerando o escalão subunidade.

As operações de CIMIC multiplicaram o poder de combate ao facilitarem a Inteligência e a obtenção de informações que facilitavam a Consciência Situacional, por permitirem um melhor conhecimento da população, das forças adversas e o levantamento de outros dados necessários ao processo decisório e às tarefas de Inteligência. Colaboraram com o Comando e Controle ao participar da integração de esforços entre civis e militares e ao coordenar ações para informar e influenciar a população haitiana. Favoreceram a Proteção, ao identificar ameaças e realizar ações junto à população haitiana que as reduziam ou, até mesmo, as mitigavam. Por fim, contribuíram com a Logística, ao unificar esforços e evitar a duplicidade de ações, poupando recursos materiais e de pessoal.

Assim, foi levantado o problema questionando em que medida as operações de CIMIC influenciaram no cumprimento de missões diversas, aumentando o poder de combate das subunidades destacadas, para que o Estado Final Desejado da operação de paz fosse alcançado.

¹ CIMIC é a sigla em inglês de Civil-Military Coordination, Coordenação Civil-Militar.



A presente pesquisa, de natureza aplicada, teve por objetivo geral analisar o emprego de operações de Coordenação Civil-militar (CIMIC) por uma subunidade destacada em operações de paz, levantando as possibilidades e limitações para o planejamento e emprego destacado, coordenado pela célula de Assuntos Cíveis, podendo ampliar a capacidade da Força em atuar em um ambiente humanizado.

Para tanto, foram pesquisadas as doutrinas de CIMIC da ONU, OTAN, de Forças Armadas que detenha notória experiência nessas operações e do Exército Brasileiro, especificando o aspecto doutrinário relativo ao escalão subunidade. Foi explorado o emprego de operações de CIMIC pelas subunidades brasileiras destacadas do Forte Nacional e de Cité Soleil, comparou-se a experiência brasileira em operações de CIMIC no Haiti, com a doutrina empregada por outros países e foi demonstrado como os elementos do poder de combate foram beneficiados, concluindo sobre a capacidade que uma subunidade destacada pode obter para a coordenação de operações Civil-Militar para a multiplicação do poder de combate.

O estudo justificou-se no caderno de Lições Aprendidas 2/2016, do Comando de Operações Terrestres (2016, Pág 2-11), o qual suscitou que, ao considerar que o escalão de execução das Operações de CIMIC são as Companhias de Força de Paz, existe a necessidade de preparação dos quadros e inclusão dos Oficiais no Estágio ministrado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

O presente estudo também vai ao encontro do Plano Estratégico do Exército 2016-2019 (PEEx 2016-2019) que, em seu Anexo D, estabeleceu como 1ª Prioridade entre as Capacidades Militar Terrestre a SUPERIORIDA-

DE NO ENFRENTAMENTO (CMT 02), por meio do aperfeiçoamento de sua capacidade de atuar no ambiente humanizado, em face do amplo espectro das operações atuais, e, como 2ª Prioridade a CMT 03, APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, foi determinado o aperfeiçoamento da geração de força para operação de paz em apoio à política externa em tempo de paz ou de crise, assunto central desta dissertação.

Tendo em vista que a subunidade destacada que atua em determinada área é a maior conhecedora das necessidades locais para que o Estado Final Desejado seja alcançado, o estudo proposto trará uma base doutrinária para que os comandantes de subunidades destacadas em missões de paz possam planejar e realizar operações de CIMIC, aproveitando seus benefícios em prol da missão.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada compreendeu uma vasta pesquisa documental em manuais, comparando as doutrinas de nações que já desenvolvem o assunto, inclusive com o emprego em operações, à doutrina brasileira e à experiência e conhecimentos empíricos dos militares do Exército Brasileiro que participaram de operações de paz, ou que realizaram cursos sobre o assunto junto a forças armadas estrangeiras.

Foram pesquisados, também, trabalhos acadêmicos, nacionais e estrangeiros, bem como relatórios e páginas da internet e outros documentos que discorrem sobre as operações de Cooperação e Coordenação Civil-Militar.

Durante o período delimitado para a pesquisa, 25 contingentes ocuparam as referidas bases do Forte Nacional e, 20, a Base de Cité Soleil, totalizando aproximadamente 270 ofi-



ciais participantes, ao se somar os integrantes das células de assuntos civis e CIMIC, pertencentes ao Estado Maior dos Batalhões Brasileiro, chega-se a um total aproximado de 348 oficiais, superiores, intermediários e subalternos.

Para melhor elucidação do problema proposto, foram entrevistados oficiais superiores, intermediários e subalternos, combatentes, que tenham ocupado as bases destacadas do Forte Nacional e de Cité Soleil durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, e os que receberam funções diretamente ligadas a Assuntos Civis e CIMIC. Não foram considerados militares que as ocuparam temporariamente ou em substituição a outros que tenham retornado ao Brasil com menos de três meses passados nas bases citadas.

Com o objetivo de encontrar respostas precisas às questões de estudo, atingindo os objetivos desta pesquisa, 186 oficiais participaram dos questionários, alcançando um nível de confiança superior a 95% e menos de 5% de margem de erro. Estudando esse universo, chegou-se a uma representatividade dos oficiais participantes de operações de CIMIC em subunidades destacadas, e no planejamento de tais ações, ocupando os diversos cargos previstos que permitiram uma conclusão eficaz para o problema levantado.

Por ser uma pesquisa eminentemente descritiva, com a análise indutiva dos dados coletados, o trabalho utilizou uma abordagem eminentemente qualitativa. Inicialmente, foi realizado um estudo a respeito das Operações de Paz e da forma de emprego dos contingentes. Dessa forma, o trabalho procurou definir ao leitor as características do cenário de uma Operação de Paz, a fim de ocorrer a ambientação das variáveis selecionadas.

Em linhas gerais, os passos principais de-

envolvidos foram o levantamento e seleção da bibliografia pertinente ao tema, seguida por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Para a comparação das doutrinas internacionais com a brasileira, levou-se em conta o que existe em outros Exércitos, em Organizações Internacionais e no recém-publicado Manual de Campanha EB-70-MC.10.221 COOPERACÃO CIVIL-MILITAR.

Um estudo de caso foi feito por meio da análise das missões com participação brasileira, em especial a das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. O trabalho também levou em consideração conhecimentos extraídos de casos reais já ocorridos e em andamento, como as missões na Bósnia, no Iraque e no Afeganistão.

Os dados obtidos com os questionários e entrevistas foram categorizados e apresentados para uma análise dos resultados obtidos com as operações de CIMIC, demonstrando, com as experiências práticas dos militares entrevistados e que responderam ao questionário, quanto e como as operações foram influenciadas por ações

Os resultados foram apresentados em gráficos, analisados e interpretados de forma qualitativa e, em parte, quantitativa. Dessa maneira, as informações colhidas puderam ser discutidas e comparadas, para a extração da conclusão, atento a novos questionamentos e aspectos que introduziram novos problemas para pesquisas futuras.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Perante o problema em estudo, para a revisão da literatura foram pesquisados os manuais da ONU, da OTAN e do Brasil que tratam sobre o tema. Assim, concluir-se-á sobre



o assunto tendo por base o estado da arte das Operações de Coordenação Civil-Militar.

3.1 A Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti

A Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH), Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti foi estabelecida em 1º de junho de 2004 pelo Conselho de Segurança, após a fuga do então Presidente do Haiti Jean Bertrand Aristide para o exílio, pelo temor dos conflitos armados que assolavam o país, entre gangues e grupos rivais, por divergências políticas. (NETO, 2017)

Entretanto, a primeira intervenção da ONU no Haiti data de fevereiro de 1993, quando foi enviada uma missão conjunta entre a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em outubro de 1993, o Conselho de Segurança estabeleceu uma Força de Paz; a primeira operação de manutenção da paz do país, a Mission des Nations Unies en Haïti (MINUHA), Missão das Nações Unidas no Haiti. Porém, em razão da recusa da cooperação dos militares haitianos, a MINUHA não pode ser implementada, haja vista um dos princípios para a constituição de uma missão de paz em que todas as partes envolvidas no conflito devem aceitar a intervenção, por não concordar com algumas cláusulas do mandato. (NETO, 2017)

Com uma nova resolução aceita por todas as partes, autorizou-se o envio de uma força multinacional de 20.000 membros para facilitar o retorno das autoridades legítimas haitianas, manter a segurança e a estabilidade do país e promover o retorno do Estado de Direito. (NETO, 2017)

Apesar das sucessivas missões, foram encontradas diversas dificuldades e uma crise política que resultou em uma grande instabilidade,

impedindo que as reformas fossem concretizadas. (ONU, 2017)

No início de fevereiro 2004, um conflito armado eclodiu na vila de Gonaives devido ao descontentamento resultante das eleições ocorridas em 2000. Os insurgentes progressivamente ganharam o controle de uma grande parte ao Norte do país. Os esforços diplomáticos não impediram o avanço da oposição, que ameaçava marchar rumo à capital haitiana, Porto Príncipe. Na manhã de 29 de fevereiro, o presidente Jean Bertrand Aristide deixou o país. O Primeiro-Ministro, Yvon Neptune, entregou sua carta de demissão. Algumas horas mais tarde, o Presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, assumiu como Presidente Interino, conforme as disposições constitucionais daquele país. No início da noite de 29 de fevereiro de 2004, o Representante do Haiti na Organização das Nações Unidas apresentou o pedido de socorro, assinado pelo Presidente Interino, autorizando que contingentes internacionais entrassem no país.

Com a demanda urgente, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1529, de 2004, autorizando o envio de uma força multinacional interina, como uma Força para a Estabilização das Nações Unidas para apoiar o país devido as necessidades imediatas. Conforme autorizado, uma Força multinacional começou a ser enviada ao Haiti a partir de março de 2004, solicitando que o Brasil indicasse o Force Commander, ou seja, um Oficial General brasileiro para comandar as tropas militares presentes na missão, a ser aprovado e indicado ao Conselho de Segurança pelo Secretário Geral.

Concomitantemente com os militares, a ONU também enviou suas diversas agências para apoiar a estabilização do Haiti, caracterizando a MINUSTAH como uma missão mul-

² Coordenação Civil-Militar em Missões de Paz Integradas da ONU



tidimensional.

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança decidiu que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti deveria ser encerrada, devendo haver uma transição de uma Operação de Manutenção da Paz para a Consolidação da Paz, ou seja, uma missão menor, para apoiar os esforços do governo haitiano na consolidação de suas instituições e dos direitos humanos.

3.2 A Organização do Tratado do Atlântico Norte e o CIMIC

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança eminentemente de Defesa, portanto, difunde assuntos primordialmente militares, com pouca, ou nenhuma interferência civil.

Conforme lições aprendidas pela aliança, especialmente no Afeganistão, comprovou-se que ações militares isoladas não são eficientes para sustentar uma situação segura nem mesmo em ambientes de baixo risco. Ainda, os participantes das operações multidimensionais precisavam lidar com diferentes abordagens e doutrinas, das diversas nações participantes, em paralelo com as atividades de inúmeras organizações, em geral, descoordenadas entre si. (FLAVIN, 2004)

Segundo a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que definiu o termo, a Coordenação Civil-militar é “a coordenação e a cooperação em apoio à missão, entre comandantes e agências civis, incluindo a população, autoridades locais, Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais e agências”. (OTAN, 2003)

O propósito do CIMIC para a OTAN é a interação entre militares e civis, dentro de um ambiente complacente e humano, apoiando o

plano do Comando da Missão. De maneira geral, todos os envolvidos buscarão um objetivo em comum, mas onde isso não for possível, essa interação deverá garantir que as atividades para apoiar cada plano estejam conciliadas ao máximo. Isso irá minimizar as interferências ou conflitos entre os atuantes. Esta interação consiste, mas não é limitada, na coordenação, cooperação, apoio mútuo, planejamento conjunto e coerente e troca de informações, dentro de seus mandatos, podendo incluir forças militares, Agências do Governo e outros atores civis. (OTAN, 2016)

3.3 O Brasil e o CIMIC

O Exército Brasileiro atuou diversas vezes em situações de não-guerra, operando uma força armada, com capacidade, armamento e preparo para operações no extremo da violência, para ações limitadas, dentro do território nacional e internacional, onde a intenção era estabelecer a paz. Dessa forma, aprendeu a operar dentro desse paradoxo evoluindo sua doutrina e estabelecendo sólidas bases de emprego.

Porém, conforme a complexidade das crises cresceu, a dicotomia de operações de guerra e não-guerra mostrou-se insuficiente, ampliando os conceitos operativos da Força, nomeado Operações no Amplo Espectro, caracterizado pela “combinação simultânea e sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de pacificação e apoio a órgãos governamentais (...) para alcançar resultados decisivos” (BRASIL, 2015, p. 2-2), principalmente nas ocasiões em que não se pode empregar todas as suas capacidades militares em plenitude.

Dentro desse contexto, as operações básicas foram subdivididas em Ofensivas, Defensivas e de Cooperação e Coordenação com Agên-



cias. Esta última, conforme explica o manual EB70-MC-10.223, realizada “precipuaente em situações de não guerra, mas podem ser desencadeadas em situações de guerra, simultaneamente com as operações ofensiva e defensiva.” (BRASIL, 2017, P. 2-10)

Pelos aspectos morais, humanitários e legais do ambiente operacional moderno, que trazem reflexos para todos os níveis de atuação, torna-se mister o planejamento e emprego de ações de forma mais abrangente, integrando os instrumentos do poder nacional, além das demais agências presentes. Assim, nessa conjuntura, os Assuntos Cívicos, as Operações Interagências e o CIMIC ganharam importância dentro da Força, assumindo um papel de protagonista diante das crises contemporâneas.

Na mais recente publicação sobre o assunto, a Cooperação Civil-Militar é um conjunto de “atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as autoridades e a população em uma área operacional” (BRASIL, 2017) e buscam, principalmente, atingir objetivos militares, garantir um ambiente seguro e estável e facilitar as condições para a conquista do Estado Final Desejado.

Nesse ambiente complexo, de contato permanente com a população, grande variedade de atividades e tarefas humanitárias e constante colaboração interagências, incluindo ONG com múltiplas motivações e propósitos, associações de moradores e outras lideranças locais, somados às mídias sociais permeando o ambiente operacional e a imprensa sempre presente, o achatamento dos níveis de comando é inevitável. Dessa forma, as ações táticas têm consequências estratégicas, ou seja, as ações de um único militar isolado, pode ter efeitos decisivos para a consecução de obje-

tivos, ou para grandes derrotas estratégicas.

Assim, o CIMIC, como ferramenta de estudo da cultura local, possui a capacidade de instruir militares acerca de comportamentos e relacionamentos com atores civis desejados ou não sobre atitudes que não devem ser tomadas, e a possibilidade de, através de instrumentos de medida, avaliar a eficácia e eficiência das atividades realizadas, para aproveitar êxitos ou controlar danos subsequentes às ações. (BRASIL, 2015)

3.3.1 O Batalhão Brasileiro de Força de Paz na MINUSTAH

Entre os anos de 1965 e 1968 o Brasil participou da missão da Organização dos Estados Americanos (OEA), empregando a Força Armada Interamericana Brasileira (FAIBRAS), para a pacificação da República Dominicana, país vizinho ao Haiti, dividindo a Ilha de Santo Domingo entre ambos.

Segundo o Gen Div R1 Floriano Peixoto Vieira Neto, em artigo intitulado Epopeia Militar Brasileira no Haiti, de 2017, a forma que os comandantes militares das tropas brasileiras conduziram suas operações e a solução de impasses, alcançando os objetivos previstos sem o derramamento de sangue, diferente de outras forças na região, ficou marcado na história dos países caribenhos e foi de grande peso no convite realizado pela ONU ao Brasil em 2004.

Com o sucesso alcançado pelos brasileiros em outras operações sob a égide da ONU, em missões individuais e com tropas, durante a década de 1990 e início de 2000, asseguraram ao país “um lastro de qualidade eficiência operacional, respeito e credibilidade, marcas registradas que lastram a reputação das tropas brasileiras também em operações de paz.

³ Projetos de Impacto Imediato (ONU, 2012)



(NETO, 2017)

Devido ao reconhecimento da capacidade brasileira, foi realizado o convite da ONU para ser o principal ator do componente militar na operação, sendo o maior contribuinte com tropas e ainda indicando o comandante de todo o componente militar, como ensina o Gen Floriano Peixoto (2017).

Desde que iniciaram as operações da MINUSTAH, o Brasil manteve o costume de realizar ações cívico-sociais e outras atividades para aliviar as inúmeras necessidades do povo haitiano, sempre por iniciativa própria. Essas ações eram criticadas por outras agências da ONU e por ONG, já que o componente militar foi enviado para o Haiti para ser empregado diretamente na manutenção de um ambiente seguro e estável. Ainda havia a desaprovação pelo Exército Brasileiro estar empregando a verba com uma finalidade diferente de seu mandato na missão. (CRUZ, 2010)

3.3.1.1 As Subunidades Destacadas do BRABAT

Durante as operações de pacificação, o Batalhão Brasileiro sentiu a necessidade de criar bases destacadas para manter o controle constante de áreas estratégicas. Os chamados Pontos Fortes, consistiam em posições fortificadas, que podiam ser facilmente defendidas de ataques das Forças Adversas, oferecendo proteção e abrigo para que tropas pudessem, a partir desses locais, lançar patrulhas, operações e ainda realizar o descanso da tropa e o rodízio entre as frações. Também tinham a função de manter a ocupação e visibilidade da tropa em áreas problemáticas, demonstrando a força e projetava o poder das Forças da ONU sobre aqueles locais.

Dentre os inúmeros Pontos Fortes ocupa-

dos durante as operações do Batalhão Brasileiro de Força de Paz, dois tiveram maior destaque pelo tempo de ocupação, efetivo empregado, ambos ocupados com uma companhia de infantaria, e resultados alcançados.

Foram eles o Ponto Forte do Forte Nacional, em posição de dominância sobre o bairro de Bel Air e Cité Militaire, e o de Cité Soleil, maior, mais miserável e problemática comuna² do Haiti.

A constante ocupação das áreas também trouxe outro efeito que, apesar de não ter sido previsto inicialmente, ajudou sobremaneira o resultado das operações. O maior contato dos soldados com a população aproximou as Forças da ONU ao sofrido povo haitiano, aumentando a credibilidade e o apoio à intervenção.

Dentro do complexo ambiente operacional encontrado, em que as interações com os diversos atores civis eram constantes e ambiente operacional humanizado, a coordenação das atividades militares com as demais partes mostrou-se necessária mesmo nos mais elementares níveis de comando.

Conforme percebeu-se a necessidade de designar um militar responsável pelos assuntos civis, integrando as subunidades para uma melhor coordenação das ações envolvendo civis e concentrar os conhecimentos sobre as motivações dos diversos atores não-militares, possibilidades de contribuição e de criar obstáculos para as operações, os subcomandantes das companhias operacionais foram incluídos na estrutura de CIMIC, como Oficiais de Ligação e encarregados pela cooperação e coordenação civil-militar dentro das respectivas áreas de operações. Essa função foi escolhida pela necessidade de o responsável pelo assessoramento ao Comandante de Companhia ter um claro entendimento da estratégia geral, acesso a informações classificadas e noções de Inte-

² As subdivisões do Haiti compreendem departamentos, distritos e comunas. As comunas são o equivalente aos municípios brasileiros, e são administradas por três prefeitos cada.



ligência, experiência para lidar com pessoas, além de outras características compatíveis com o cargo. Cabe ressaltar que pelas lições aprendidas e relatórios enviados ao DPKO, a própria ONU estabeleceu como doutrina que o subcomandante assumisse a função de oficial de ligação CIMIC.(ONU, 2012)

Os militares escalados passaram a receber treinamentos específicos para cumprir essa função e ficaram encarregados de realizar reuniões e mediações com lideranças locais, ONG, instituições oficiais haitianas e demais atores não militares presentes. Sob a coordenação do G9, e muitas vezes apenas sob sua orientação, conduziram projetos e programas, aumentando o vínculo e a aproximação da população com a tropa.

A ocupação do Forte Nacional por um pelotão reforçado trouxe uma vantagem tática e, até mesmo, estratégica para as forças brasileiras. A presença constante e diuturna em Bel Air inibiu e coagiu com eficácia a atuação das gangues. As patrulhas passaram a atuar com mais oportunidade e os resultados se tornaram mais sólidos.(LESSA, 2007)

A instalação da Base do Forte Nacional também tinha por objetivo levar outros setores da MINUSTAH para a região de Bel Air, como o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), a seção de Assuntos Cíveis da missão (Civil Affairs) e a PNH, o que acabou acontecendo apenas ao final do 3º Contingente.

Porém, conforme o Relatório Final de Operação nº 4 (2006, p. 24), “a relutância da liberação de BEL-AIR para o trabalho das agências civis, por parte do Escritório de Segurança da MINUSTAH, criou dificuldades para o trabalho das citadas agências.”

Segundo Miranda, 2017, os resultados obtidos com a base do Forte Nacional operando

diretamente do coração das áreas dominadas pelas Forças Adversas foram surpreendentes e vários objetivos foram alcançados em um tempo que não foi previsto nem nos melhores prognósticos.

Além das missões de combate e patrulhamento, a Companhia passou a realizar inúmeras ações de cooperação e coordenação civil-militar, autorizadas pelo Comando do BRABAT, ainda que a MINUSTAH discordasse. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006, p. 24)

Em poucos meses, a PNH, que somente entrava na região escoltada por blindados brasileiros, passou a patrulhar as ruas e vielas do bairro a pé e a conversar com a população, até então considerada como inimiga por muitos deles, e vice-versa. (MIRANDA, 2017)

Diversos programas e projetos foram executados pela companhia do forte nacional. Pode-se destacar o Projeto Rui Barbosa, em que militares ministravam aulas de português para a população, dentro do Forte Nacional, permitindo que postulassem empregos de intérpretes para a ONU, além de estreitar laços de confiança e afetividade. (LESSA, 2007)

Na época em que as operações do Forte Nacional foram iniciadas, a região de Cité Soleil pertencia ao setor atribuído ao batalhão da Jordânia, e, apesar de contar com inúmeros projetos da ONU, esses projetos não puderam ser colocados em prática devido à falta de segurança para sua consecução. O sucesso obtido devido a ocupação do Forte Nacional influenciou a decisão, em maio de 2006, do Force Commander de passar o Setor de Cité Soleil para o controle operacional do Batalhão Brasileiro e, posteriormente, na ocupação de uma base de combate naquela localidade

Com o sucesso obtido na região de Bel Air, e nas demais áreas sob responsabilidade das



tropas brasileiras no Haiti, e as pesadas baixas sofridas pelo batalhão jordaniano responsável pelo setor de Cité Soleil, somados aos parcos resultados obtidos e as inúmeras baixas civis, o Force Commander decidiu, em maio de 2006, passar a área de Cité Soleil a comando do BRABAT.

Devido às conquistas e avanços das Forças de Paz da ONU em outras áreas do Haiti, aliado à geografia local, com uma proximidade do mar, que facilitava a logística das Forças Adversas, o contrabando de armas, munições e drogas, à facilidade de defesa contra as tropas mecanizadas, pelos inúmeros córregos impeditivos para as viaturas blindadas e as estreitas ruas que limitavam a progressão da tropa apoiadas pela proteção da blindagem e do armamento das viaturas, Cité Soleil tornou-se a principal área de homizio das gangues e grupos paramilitares.

Para manter a ocupação da localidade e efetivar as ações, o Comandante do BRABAT determinou que uma Companhia de Fuzileiros ocupasse um dos Pontos Fortes conquistados durante os investimentos, sendo escolhido o Ponto Forte 16, devido à sua estrutura e localização estratégica (LESSA, 2007).

Logo que foi obtida uma segurança relativa que permitissem ações humanitárias, as tropas do Exército Brasileiro, por iniciativa própria, voltaram a realizar Ações Cívico-Sociais e outras atividades para aliviar a miséria local, conquistando rapidamente a simpatia e o apoio da população.

Com os avanços na situação de segurança e eventual mudança do perfil da missão, as ações de CIMIC foram intensificadas. Através de QIP, foram construídos diversos pontos de abastecimento de água potável abertos à população, instalação de postes de iluminação e desobstrução e limpeza de vias e valas, permi-

tindo a livre locomoção das patrulhas e prevenindo doenças relacionadas à higiene. (PINHEIRO, 2015)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção tem por finalidade apresentar os resultados obtidos nos instrumentos de pesquisa aplicados para verificar em que medida as operações de CIMIC influenciaram no cumprimento da missão das subunidades destacadas do Forte Nacional e de Cité Soleil, aumentando o poder de combate e facilitando a aquisição do Estado Final Desejado.

Através da revisão da literatura, verifica-se que o ambiente operacional moderno é extremamente complexo, sofrendo influências de diversos fatores políticos, civis e militares, com a presença massiva de diversos atores, com os mais variados mandatos, objetivos e culturas.

Assim, é imperativo que, para que o Estado Final Desejado seja alcançado com maior eficiência e eficácia, criando condições sustentáveis e duradouras, em um ambiente seguro e estável, o componente militar provoque e desenvolva relacionamentos com os demais envolvidos em todos os escalões, político, estratégico, operacional e tático.

Para cumprir essa finalidade, a Cooperação Civil-Militar é uma importante ferramenta, facilitando o cumprimento da missão, nas diversas situações em que se emprega militares, desde a solução de crises de Defesa Civil e emergências humanitárias, ao extremo do espectro das operações, quando se emprega a capacidade bélica de uma nação com toda a sua vocação, força e eficácia.

A Coordenação e a Cooperação Civil Militar, conforme demonstrado em todo o trabalho, possui um caráter eminentemente transversal e permeia todas as funções de combate e ati-



vidades no ambiente operacional moderno, constituindo-se um relevante multiplicador do poder de combate.

Em entrevista realizada com o comandante do 7º Contingente do Batalhão de Força de Paz, Coronel Júlio Cesar de Sales antes do desdobramento da 9ª Seção, as coordenações eram feitas de maneira improvisada e sem metodologia pela Seção de Comunicação Social, que acumulava a coordenação civil-militar e os assuntos civis. Diante das orientações do Force Commander, verificou-se a necessidade do desdobramento de uma seção específica para o UNCIMIC/CMCoord, com a intenção de que os demais componentes não militares da missão pudessem assumir suas responsabilidades, liberando a tropa para a realização de atividades operacionais e a manutenção do ambiente seguro e estável, contribuindo para a aquisição das condições do Estado Final Desejado. Dadas as necessidades prementes, as Subunidades verificaram a necessidade de atribuir essa missão a um militar específico e, com a experiência colhida durante diversos contingentes da MINUSTAH, o Subcomandante da subunidade ficou encarregado de estabelecer o contato com atores civis, operando dentro de suas respectivas Zonas de Ação, bem como coordenar as atividades de CIMIC da SU, em ligação com a 9ª Seção do BRABAT.

Essa perspectiva foi ao encontro do entendimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que defende a coordenação das atividades com os atores civis envolvidos em todos os níveis, fortalecendo uma concepção abrangente das operações e atacando a raiz dos problemas.

Durante a presente pesquisa, foram enviados questionários a militares que integraram as Seções responsáveis pela Coordenação Civil-

Militar e as subunidades destacadas dos diversos contingentes dos Batalhões Brasileiros de Força de Paz, participantes da MINUSTAH, além de terem sido realizadas entrevistas com especialistas e militares que participaram dos diversos BRABAT em funções de Comandante de Batalhão, Encarregado ou Adjunto da 9ª Seção e Subcomandante de Subunidade escalado como O Lig CIMIC.

O questionário permitiu inferir a percepção do efeito das operações de Coordenação Civil-Militar sobre a missão de paz no Haiti. Esse instrumento comprovou a multiplicação do poder de combate pelas interações entre o componente militar e os demais agentes civis presentes na Área de Responsabilidade das subunidades destacadas do BRABAT, facilitando a aquisição das condições que caracterizaram o Estado Final Desejado pela ONU.

O gráfico abaixo (Gráfico 1) demonstra que a quantidade de operações foi proporcional à facilitação para os elementos do poder de combate, ou seja, quanto mais operações, mais seus efeitos foram percebidos pelos militares participantes do questionário.

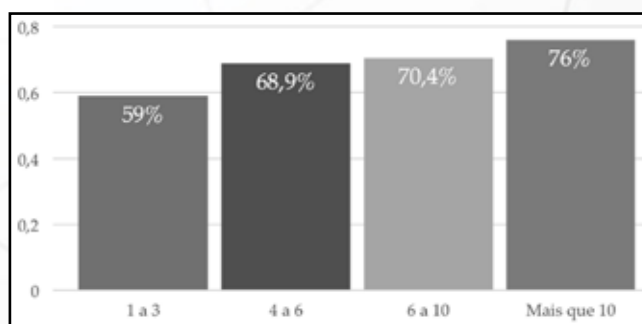


Gráfico 1 - Média das respostas positivas versus Quantidade de Operações
Fonte: o autor

Comprovou-se que todos os elementos do poder de combate estudados³ foram diretamente influenciados e facilitados pelo CIMIC, colaborando para o atingimento dos objetivos impostos pelo escalão superior, com eficiên-

³ O elemento do poder de Combate Fogo não foi questionado devido ao emprego extremamente restrito dos fogos cinéticos e não cinéticos para o cumprimento das missões durante a MINUSTAH.

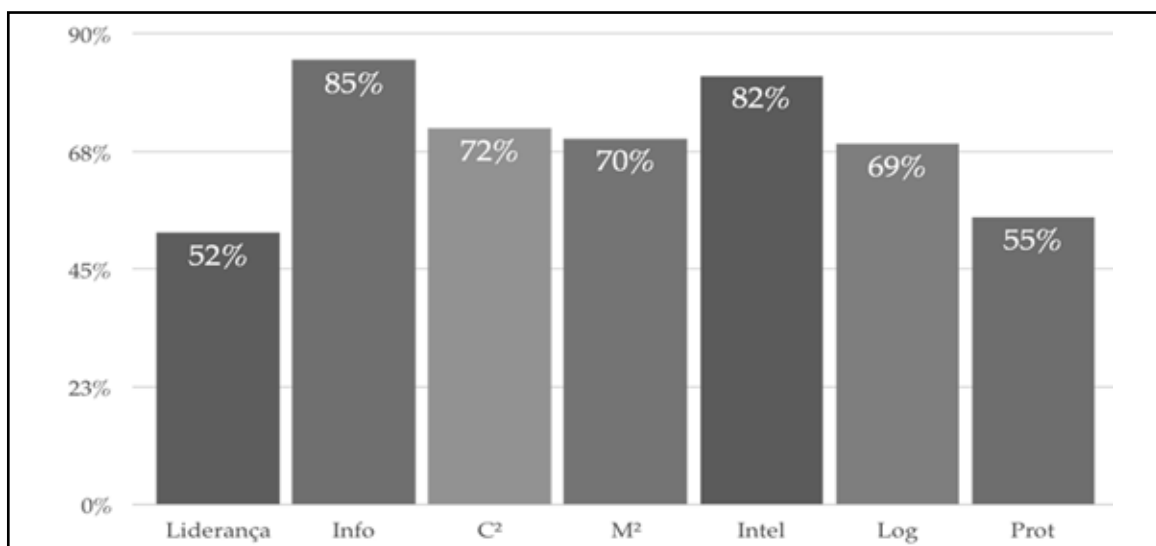


Gráfico 2 - Percentual de respostas de percepção positiva para os elementos do Poder de Combate estudados | Fonte: o autor

cia, eficácia e evitando o desperdício de meios, conforme o gráfico2 apresentado acima.

Com 52% de resposta positivas, o elemento essencial do poder de combate Liderança, caracterizado pela capacidade de dirigir e influenciar outros militares por meio da motivação, objetividade e exemplo, foi, segundo o Cel Sales, comandante do BRABAT 7, um dos elementos do poder de combate mais beneficiados. Durante entrevista realizada para esta pesquisa, o militar frisou que a recém-criada Seção de Assuntos Cíveis, ligada à Seção de Planejamento, com suas ligações entre o batalhão e as diversas agências presentes, foi de grande importância para a integração do BRABAT com “outros órgãos exercendo uma liderança perante as demais Unidades presentes na MINUSTAH”.

Sobre o efeito de operações de CIMIC no elemento de poder de combate Informações, com 85% participantes respondendo positivamente, a pesquisa vai ao encontro a Allied Joint Publication – 3.4.9, Allied Joint Doctrine for Civil Military Cooperation, da OTAN (2013), comprovando que a interação civil-

militar multiplica sobremaneira a capacidade das Informações, auxiliando o comandante a influenciar e moldar o ambiente operacional, identificando as necessidades civis e promovendo a aceitação da tropa, conquistando a confiança e admiração da população hospedeira e da comunidade internacional e a legitimidade do mandato através das operações de informação.

O Tenente Coronel Glauco Correa Corbari, adjunto do G9 do BRABAT 23, destacou que com a realização de atividades CIMIC era possível atenuar os efeitos de Operações mais agudas. Procurava-se realizá-las sempre após uma Operação, a fim de “sentir” o ânimo da população e obter outras informações sobre a área. Além de trazer benefícios ao povo haitiano, as ações CIMIC trouxeram reflexos positivos para o contingente quanto à imagem do BRABAT 23 junto à população haitiana e na coleta de conhecimentos necessários à consecução dos objetivos táticos. Ressaltou, também, o trabalho integrado das diversas células quando do planejamento e execução de uma atividade CIMIC.



Sobre o elemento de poder de combate Comando e Controle, caracterizado pela integração das demais funções de combate e sendo o “conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados que permitem aos comandantes o exercício da autoridade e a direção de todas as ações” (BRASIL, 2014, P. 5-9), 72% dos participantes perceberam que o CIMIC facilitou a realização de suas atividades.

O CIMIC pode influenciar a função de combate Movimento e Manobra ao cooperar com agências garantindo a liberdade de manobra e impedindo que assuntos atinentes ao escopo civil se tornem obstáculos. As respostas corroboram com o manual Marine Air-Ground Task Force Civil-Military Operations (EUA, 2016) e ratificam a crença que a Cooperação Civil-Militar teve um importante papel para facilitar o posicionamento das tropas, aumentando a liberdade de manobra e obtendo vantagens em relação aos Agentes Perturbadores da Ordem Pública, já que 70% (setenta por cento) da amostra verificou uma facilidade neste quesito após coordenações com atores civis

O trabalho dos elementos de CIMIC podem gerar grandes quantidades de informações que, quando processadas, transformam-se em produtos de Inteligência. Ainda, ao conquistar a confiança da população, a cooptação de colaboradores e informantes também cresce exponencialmente, além de criar oportunidades para observar e permitir que Operadores de Inteligência cumpram sua tarefa de busca e coleta de informações, conforme demonstraram diversos entrevistados. Assim, demonstra-se ser interessante que as atividades de CIMIC contem com a participação de especialistas de inteligência. Dentre os militares que responderam o questionário, uma ampla maioria, 82% concordou que o CIMIC é uma importante ferramenta facilitadora e multiplicadora

da Inteligência e melhorou o fluxo e a troca de conhecimentos entre os envolvidos de forma coerente e oportuna, além de mostrar-se valiosa metodologia para a busca e coleta de dados de inteligência durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

Uma das funções chave do CIMIC é a otimização de meios e ações, evitando a duplicação de esforços e desperdício de recursos. Desta forma, as atividades de coordenação e cooperação entre todos os envolvidos em uma operação tem reflexos na administração e gestão material e financeira desde a sua concepção. As interações com civis e militares permitiram a contratação de pessoal especializado para a realização de diversas tarefas como a manutenção de instalações e materiais. Assim, verificou-se que 69% (sessenta e nove por cento) dos entrevistados identificaram que as ações de CIMIC facilitaram este fator do poder de combate.

Com a grande aproximação das tropas à população e aos demais atores civis presentes na Área de Operações, aumentando sua aceitação, legitimidade e admiração, junto com o maior fluxo de informações e inteligência, é possível identificar, prevenir e mitigar ameaças às tropas, ao material e à população local, de forma oportuna e eficaz. Desta forma, a Proteção também foi facilitada com as ações de combate a doenças infectocontagiosas, principalmente aquelas transmitidas por mosquitos e outros vetores animais, com programas de combate à dengue, chikungunya, cólera, e outras enfermidades de contágio pela interação social, permitindo que o estado de higiene da tropa permanecesse o melhor possível, obtendo um resultado de 55% (cinquenta e cinco por cento) de respostas positivas, no qual se ratifica a importância dos relacionamentos entre civis e militares para a segurança



e estabilidade da Área de Operações.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Em um mundo globalizado, com a crescente influência das mídias, convencionais e sociais sobre a opinião pública, provendo a rápida dispersão de notícias e moldando políticas e estratégias, fica latente a importância de planejar os impactos que as operações militares terão sobre a sociedade civil, e vice-versa. Assim, a pesquisa sobre em que medida as operações de Cooperação Civil-Militar influenciaram no cumprimento das missões das subunidades isoladas do Batalhão Brasileiro durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, multiplicando e facilitando os elementos do poder de combate, para que o Estado Final Desejado fosse alcançado mostra-se extremamente oportuno.

A principal finalidade deste trabalho foi identificar as características das operações que promoviam a interação entre civis e militares, sincronizando ações, coordenando esforços, economizando meios e evitando uma exposição desnecessária e desgaste do componente militar em operações de paz, levantando as possibilidades e limitações para o planejamento e emprego por uma subunidade isolada, sob a coordenação da Seção de Assuntos Cívicos, ampliando a capacidade da Força Terrestre em operar em um ambiente humanizado.

A metodologia escolhida supriu as necessidades, provendo as informações necessárias e conhecimento que ultrapassou os objetivos selecionados, servindo de sólida base para a construção do conhecimento.

Os objetivos propostos, gerais e específicos, foram cumpridos, de maneira que os novos conhecimentos possam ser traduzidos em ações práticas para o Exército Brasileiro, me-

lhorando sua eficiência e eficácia operacional.

A Coordenação Civil-Militar preconizada pela Organização das Nações Unidas é eminentemente humanitária, deixando os objetivos militares em segundo plano e empregando o componente militar das operações multidimensionais como ferramenta de apoio às missões de estabilização.

Pôde ser observado que a abordagem abrangente para operações multidimensionais da Organização do Tratado das Nações Unidas pode ser empregada em todos os níveis de planejamento e execução, através da aproximação do componente militar com o civil, respeitando as diferenças de valores, culturas, métodos e opiniões.

O manual EB70-MC-10.221 COOPERAÇÃO CIVIL MILITAR foi concebido para guiar militares com a função de Estado Maior de Assuntos Cívicos. A doutrina nele difundida mescla a apresentada pela Organização das Nações Unidas e pelo Tratado do Atlântico Norte, adaptado às peculiaridades da Força Terrestre brasileira, em operações com efetivos de nível grande unidade, ou unidade reforçada, como era o caso do Batalhão Brasileiro de Força de Paz da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Para as subunidades e demais frações operacionais, porém, a publicação supramencionada não supre as necessidades de informação, deixando lacunas a serem estudadas.

Apesar da CIMIC ser uma atividade a ser planejada inicialmente nos escalões estratégicos e operacionais, os comandantes de subunidade e de pelotão tem grande importância para as operações, já que ações táticas realizadas por um soldado isolado, pode ter grandes efeitos estratégicos e políticos. Assim, seguindo diretrizes do escalão superior, capitães e tenentes necessitam incluir os resultados de suas ações



sobre a população em seus planejamentos, bem como verificar os impactos que os civis poderão ter sobre a conquista de seus objetivos.

Da leitura dos relatórios e respostas aos questionários, observa-se que o emprego das atividades de CIMIC pelas tropas brasileiras tiveram a finalidade principal de “conquistar corações e mentes”, funcionando como ferramenta eminentemente das Operações Psicológicas. Comparando com outras doutrinas, entretanto, verifica-se seu subemprego, já que a interação das operações militares com os civis pode prover resultados muito mais abrangentes e para todas as funções de combate.

O entendimento comum do militar do Exército Brasileiro confunde CIMIC, ACISO e atividade humanitária como se fossem a mesma atividade, corroborando para a cultura de que estas são missões das Operações Psicológicas, resultado das primeiras interações entre os militares e civis em operações de paz, onde as agências civis eram insuficientes ou se negavam a realizar suas atividades por não perceberem o ambiente operacional como estável para o desenvolvimento de suas atividades e segurança de seus membros, somado ao empirismo do desenvolvimento da doutrina nacional. Convém destacar que o ACISO é apenas uma ferramenta da CIMIC, que deve ser empregada com parcimônia e planejamento, haja visto o perigo da criação, involuntária e indesejável, de dependência das tropas para a realização de atividades que fogem de suas atribuições.

A análise dos questionários também corroborou com a revisão da literatura, comprovando que as atividades de cooperação, ou coordenação, civil-

militar influenciam sobremaneira nas operações, multiplicando o poder de combate em todos os seus elementos.

O presente trabalho foi de fundamental importância diante da intrincada conjuntura encontrada pelos comandantes de todos os níveis durante as operações modernas. Com recursos cada vez mais escassos às operações militares e mais abundantes às instituições civis, é de vital importância que saibamos como e onde empregá-los em prol do objetivo em comum. Até o presente, não havia estudos dos resultados das atividades de CIMIC sobre as funções de combate e, se elas realmente cumpriam a finalidade ou simplesmente desviavam as tropas de suas finalidades principais. Ainda que as subunidades fossem empregadas para as atividades, os estudos permaneciam nos níveis operacionais e estratégicos, com poucas informações onde oficiais intermediários e subal-

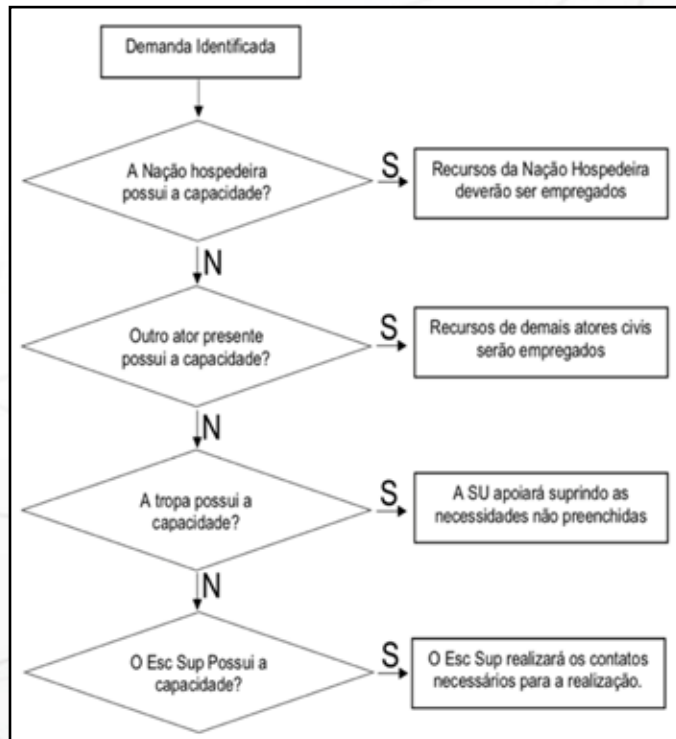


Figura 1 - Fluxograma de emprego de tropas em ações de CIMIC
Fonte: o autor

ternos pudessem amparar suas decisões.

Para que seja evitado desvio de finalidade e manter-se dentro do princípio de guerra “Mis-são”, preconizado pela Doutrina Militar Terrestre Brasileira, o emprego de tropas somente deve ser realizado após exauridos os recursos civis, sendo interessante que o seguinte fluxograma seja seguido durante o processo decisório de operações de Coordenação ou Cooperação Civil-Militar (Figura 1):

Foi-se o tempo em que se insistia que “somente a ofensiva leva a resultados decisivos”. As respostas pelas armas não atendem às demandas e deixam espaços para que as crises retornem ou se transformem. As ações abrangentes comprovaram que a integração das diversas soluções para os problemas que levaram a uma crise trará resultados eficientes e duradouros. A solução através da aplicação da força é paulatinamente menos aceita. Novos e cada vez mais complexos imbróglis surgem a cada dia. O acesso à informação difundiu e pulverizou os conhecimentos e capacidades que podem ser aproveitados. Somente a sinergia resultante de ações eficazes bem coordenadas, atacando os conflitos de maneira holística, trará resultados definitivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES. **EB70-MC-10.221 Cooperação Civil Militar**. Brasília: COTER, 2017.

_____. _____. _____. **EB70-MC-10.223 Operações**. 5^a. ed. Brasília: COTER, 2017.

_____. _____. ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **EB20-MF-10.102 DOCTRINA MILITAR TERRESTRE**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2014.

_____. _____. _____. **Operações em Ambiente Interagências**. 1^a. ed. Brasília: EME, 2013.

_____. _____. _____. **EB20-MC-10.217 Operações de Pacificação**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2015.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

_____. _____. **MD-34-M-02 - Operações de Paz**, Brasília, 2013.

_____. _____. **Relatório Final de Emprego 4º Contingente**. Batalhão de Força de Paz Haiti 4º Contingente. Porto Príncipe. 2006.

FLAVIN, W. **Civil Military Operations: Afghanistan - Observations on Civil Military Operations During the First Year of Operations Enduring Freedom**. Fort Benning: U.S. Army Peacekeeping and Stability Operation Institute, 2004.

LESSA, M. A. G. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. (MINUSTAH)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

MIRANDA, A. L. N. **A pacificação de Bel Air. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**, 2017.

NETO, F. P. V. **A Epopeia Militar Brasileira no Haiti**. Igarapé, 2017.

ONU. **Civil-Military Coordination Policy**. Nova Iorque: ONU, 2002.



_____. **Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC)**. Nova Iorque: [s.n.], 2010.

_____. **United Nations Infantry Batalion Manual**. Nova Iorque: ONU, v. I, 2012.

_____. **United Nations Infantry Battalion Manual**. Nova Iorque: ONU, v. I, 2012.

_____. **The United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)**. Nova Iorque: ONU, 2014.

_____. **Historique du MINUSTAH**. Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti, 2017. Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/historique>>. Acesso em: 30 abril 2018.

_____. **Conselho de Segurança**. ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>>. Acesso em: abril 2018.

OTAN. **Allied Joint Doctrine for Civil-Military Cooperation - AJP-3.4.9**. Londres: NATO Standardization Agency (NSA), 2013.

_____. **CIMIC Field Handbook 4th Edition**. 4ª. ed. Haia: Civil-Military Cooperation Center of Excellence (CCOE), 2016. ISBN 9789081316590.

PINHEIRO, J. S. **A Atuação Militar Brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamentos das gangues no HAITI**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Dissertação de mestrado.

REINO UNIDO. **The Comprehensive Approach - Joint Discussion Note 4/05**. Shri-venham: Ministry of Defence, 2006. 23 p.